

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2018/00041

Brasília, 18 de abril de 2018.

Objetivo da reunião: 23ª REUNIÃO CGI Horário e local: 10:00 - Sala de Reunião da CG

Assunto: Planejamento estratégico

Participantes	Função/Cargo	Unidade	
Cleberson José Rocha	MAGISTRADO	SG	
André Ricardo Lapetina Chiaratto	SECRETARIO	STI	
Cintia da Silveira Lima	ASSESSOR-CHEFE	ASCOM	
Sheila Campello Farias Gibaile	SECRETARIO	SGP	
Jesse Andros Pires de Castilho	SECRETARIO	SAI	
William Santos	CHEFE DE GABINETE	GAB-SG	
Ivan Gomes Bonifácio	SECRETARIO	SEG	
Misael Guerra Pessoa de Andrade	SECRETARIO	SAD	
Denise Guimaraes Tangari	SECRETARIO	SCG	
Rodrigo Vasconcellos Chebli	ASSESSOR-CHEFE	ASESP-SG	
Marcelo Barros Marques	SUBSECRETARIO	SUPRO	
Jean Carlo Batista de Oliveira	SUBSECRETARIO SUPEC		
Milra de Lucena Machado Amorim	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVED	
Marcus Aurelius Soares de Araujo	DIRETOR DE DIPOJ		
Flavia Uchoa Mascarenhas	ASSESSOR B	ASTEC-SOA	
Marcos Antônio Kronenberger	Supervisor de Setor	SUEST	
Edimilson Cavalcante de Oliveira	Subsecretário de Modernização da Gestão	SUMOG	



Classif. documental 00.04.00.01

A PAGE CONTRACTOR OF THE PAGE CONTRACTOR OF T

PODER JUDICIÁRIO JUSTICA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Marcos Teixeira	Chefe da Seção de Gestão de Projetos	SEGESP
Cleide Sousa de Oliveira	Chefe de Gabinete	DG
Alex Pena Tosta da Silva	Assessor Especial de Inovação e Gestão da Informação	ASESP-IGI
Luana Carvalho de Almeida		ASTEC

Pauta

1. Assuntos de TI

Após as boas vindas do Juiz Federal Cleberson José Rocha, Secretário Geral do CJF, a palavra foi passada ao Secretário de Tecnologia da informação - STI, André Ricardo Lapetina Chiaratto, que apresentou sugestões de alteração nos seguintes documentos: 1 - Plano de Contratação de Soluções de TI - inclusão dos itens 22 a 29; 2 - Atualização do Anexo I do PDTI; e 3 - Alteração da Política de Utilização de Recursos de TI. Esclareceu que os documentos foram previamente encaminhados aos secretários, por e-mail, para análise e manifestações. Após as discussões, foram considerados aprovados os referidos documentos. Todos estes documentos estão disponíveis na página de governança de TI. O Secretário de TI informou, também, que o orçamento para as novas contratações já está previsto no Plano Orçamentário 2018, mas que em virtude da indisponibilidade orçamentária para os novos investimentos, há pedido para acréscimo de R\$ 5 milhões. Nesse momento o Subsecretário de Programação Orçamentária e Financeira, Marcelo Barros Marques, informou que, em razão da Emenda Constitucional nº 95, as unidades do CJF devem estar ainda mais atentas ao planejamento das contratações, de modo a garantir a execução do orçamento dentro do exercício, evitando-se a formação de "restos a pagar" para não comprometer o orçamento do ano seguinte. Esclareceu que nos anos vindouros despesas fora do planejamento tem baixíssima probabilidade de serem realizadas. Ao retornar a palavra ao Secretário de TI este reiterou sobre os procedimentos para realização de agendamento de videoconferência e sobre a possibilidade de realizá-las utilizando-se estação de trabalho (com a instalação de uma webcam) ou o smartphone. Informou, também, sobre a necessidade de sempre informar aos participantes da vídeo que receberam o convite por e-mail que acione a TI local para apoiar na conexão à sala de videoconferência do CJF. A unidade que ainda estiver com dificuldade nesta atividade de agendamento de videoconferência deve registrar chamado ao SAC/STI para maiores esclarecimentos e se necessário, treinamento. Quanto a nova solução de aceso remoto, o Secretário de TI fez demonstração de como realizar esse acesso a partir de um link no Portal do CJF, que está disponível aos secretários e servidores por eles indicados. Esclareceu que todas estações de trabalho sofrerão uma melhoria com a instalação do sistema operacional Windows 10, com incremento de 8 GB de memória RAM, porém em razão de contenções orçamentárias, nem todas serão instaladas com os discos SSD e que o critério de distribuição pode ser definido pelo titular da unidade. O prazo estimado para a atualização das estações de trabalho é maio do ano em curso. Informou, ainda, que algumas ferramentas tecnológicas disponíveis no CJF (ex. Power BI e SharePoint) que já estão em uso pela STI, SEG, SAD e SGP, contribuindo para o aprimoramento das atividades das unidades. Está em curso o planejamento de treinamento neste primeiro semestre de Power BI visando alavancar o uso desta solução pelas demais unidades. Foi realizada uma breve apresentação de algumas



PODER JUDICIÁRIO JUSTICA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

demandas de TI em andamento (Processo Eletrônico para a sessão do CJF, envio de informação ao eSocial, busca automatizada de informações estratégicas, Centro de Inteligência, Educare). Estas informações encontram-se na página de governança de TI. Durante a explanação do Secretário de TI, o Chefe de Gabinete da Secretaria Geral, William Santos, relatou problemas no SIGA-DOC, no que o Secretário de TI informou que seriam sanados após a instalação da versão mais atualizada, programada para essa semana. O Secretário de Estratégia e Governança, Ivan Bonifácio, também mencionou solicitação do Ministro Corregedor para que se incorporassem ao SIGA-DOC relatórios de controle sobre o andamento dos processos. O Dr. Cleberson José Rocha, Secretário-Geral, determinou, então, que os secretários da SEG, STI e SAD, bem como a representante da Corregedoria, Denise Guimarães Tangari, tomassem as providências necessárias para atender o pedido do Corregedor e que a solução adotada fosse ampla, de modo ser possível sua aplicação às outras unidades do CJF.

2. Sistema de Controle Orçamentário e Alterações do Plano de Logística Sustentável - PLS

O Secretário de Administração, Misael Guerra Pessoa de Andrade, informou que o Sistema de Controle Orçamentário, antes era elaborado em Excel, passou para a plataforma do Sharepoint. Na ocasião o Secretário de Administração apresentou painéis no Power BI com informações sobre o planejamento e a execução orçamentária e de contratos do CJF. Informou que serão agendadas reuniões com as unidades para apresentar os novos procedimentos de gestão orçamentária e os mecanismos disponíveis de divulgação. O secretário informou, ainda, sobre a disponibilização de um link no Portal do Conselho para consulta do controle orçamentário. Quanto ao PLS, o Secretário de Administração informou que tem tido dificuldades para apurar alguns indicadores e que é necessário maior envolvimento dos gestores desses indicadores para que se tenha apuração adequada do Plano de Logística e seja possível determinar ações para redução de impactos ambientais. Misael Guerra ainda apresentou a versão atualizada de Portaria dos grupos gestores do PLS, que foi aprovada.

3. Apresentação do resultado da pesquisa de clima organizacional

O Subsecretário de Políticas de Gestão de Pessoas, Cargos e Remuneração, Jean Carlo Batista de Oliveira, apresentou os resultados quantitativos da Pesquisa de Clima Organizacional do Conselho e da Justiça Federal, aplicada no período de 13/11 a 07/12/2017, destacando, por dimensão, os melhores e piores resultados observados tanto na pesquisa de magistrados quanto na de servidores. Informou ainda que a análise qualitativa está em elaboração. Observou que a quantidade de magistrados que responderam à enquete não valida a pesquisa de magistrados para análise em cada região separadamente, somente para inferências ao nível da Justiça Federal como um todo. Acrescentou que, entre os subsídios da referida pesquisa está a alimentação do indicador "Taxa de Satisfação de Magistrados e Servidores com o Clima Organizacional", constante do escopo do Plano Estratégico da Justiça Federal 2015-2020 e que a meta vinculada ao referido indicador (alcançar 70% de satisfação dos magistrados e servidores com o clima organizacional, até 2019) ainda não foi atingida. Ficou decidido que os resultados da pesquisa serão disponibilizados no Observatório da Estratégia da Justiça Federal e que a Assessoria de Comunicação Social tomará medidas para a divulgação.

4. Validação das metas estratégicas para 2018



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

O Secretário de Estratégia e Governança, Ivan Gomes Bonifácio, apresentou o quadro de
mudanças das metas do CJF, destacando que com exceção da Meta 2 da TNU, que alterou a
meta de congestionamento de 45% para 20%, só houve mudança de redação. As metas para
2018 foram aprovadas por unanimidade.





PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista
1.1	Criar reltório de controle sobre andamento dos processos no SIGA-DOC.	Misael Guerra Pessoa de Andrade	
2.1	Agendar reuniões com as unidades para apresentar os novos procedimentos de gestão orçamentária e os mecanismos disponíveis de divulgação.	Misael Guerra Pessoa de Andrade	
3.1	Disponibilizar os resultados da Pesquisa de Clima Organizacional do Conselho da Justiça Federal no Observatório da Estratégica da Justiça Federal.	ASCOM	

IVAN GOMES BONIFÁCIO SECRETARIO SECRETARIA DE ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA



